

NOTA PRÁTICA

Alavancando a liderança do Brasil em ações climáticas e ambientais para a segurança humana

Laís Clemente Pereira
Benjamin Pohl

Setembro 2025

AUTORES

Laís Clemente Pereira
Benjamin Pohl

REVISÃO E TRADUÇÃO

Maria Heloisa Alves de Moraes

LAYOUT

Odile Stabon

SUGESTÃO DE CITAÇÃO

Clemente Pereira, Laís; Pohl, Benjamin (2025) Alavancando a liderança do Brasil em ações climáticas e ambientais para a segurança humana. Berlin: adelphi global (gGmbH).

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar nossos sinceros agradecimentos aos distintos participantes de diversos setores presentes na BCSC-Rio. Esses participantes incluem representantes da sociedade civil, academia, governo nacional e organizações internacionais, cujas contribuições inestimáveis enriqueceram significativamente este documento. As ideias apresentadas refletem os saberes coletivos compartilhados durante a Conferência de Clima e Segurança de Berlim no Rio de Janeiro (BCSC-Rio), um evento organizado pela adelphi global, pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, pelo Instituto Igarapé e pela Fundação Konrad Adenauer. Entre os colaboradores estão: Beatriz Mattos (Plataforma Cipó), Camila Asano (Conectas Direitos Humanos), Danielle Batista (KAS), Elena Lazarou (ELIAMEP), Julia Neiva (Conectas Direitos Humanos), Luiz Gustavo Carlos (KAS), Marcelo Della Nina (Ministério das Relações Exteriores do Brasil), Monica Amador-Jimenez (Instituto Pan-Amazônico - IPA), Nivio Nascimento (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), Philipp Gerhard (KAS), Robert Muggah (Instituto Igarapé), Tainah Godoy (Coalizão Brasileira sobre Clima, Florestas e Agricultura), Timon Lepold (Embaixada da Alemanha no Brasil).

CRÉDITOS DA IMAGEM DE CAPA

Rodrigo Kugnharski/unsplash

APOIO



ESTE RELATÓRIO É UM RESULTADO DE



PUBLICADO POR

adelphi global gemeinnützige GmbH
Alt-Moabit 91
10559 Berlin
+49 (030) 8900068-0
office@adelphi-global.de
www.adelphi-global.de

AVISO LEGAL

Para os textos desta publicação, a adelphi global concede uma licença nos termos da Creative Commons Attribution No Derivatives 4.0 International. Você pode reproduzir e compartilhar o material licenciado se nomear a adelphi global da seguinte forma: '© adelphi global gGmbH, CC BY ND 4.0' e fornecer um link para o texto original. Fotografias e gráficos não estão cobertos por esta licença. Em caso de dúvida, por favor, entre em contato com a adelphi global antes de reutilizar o material.

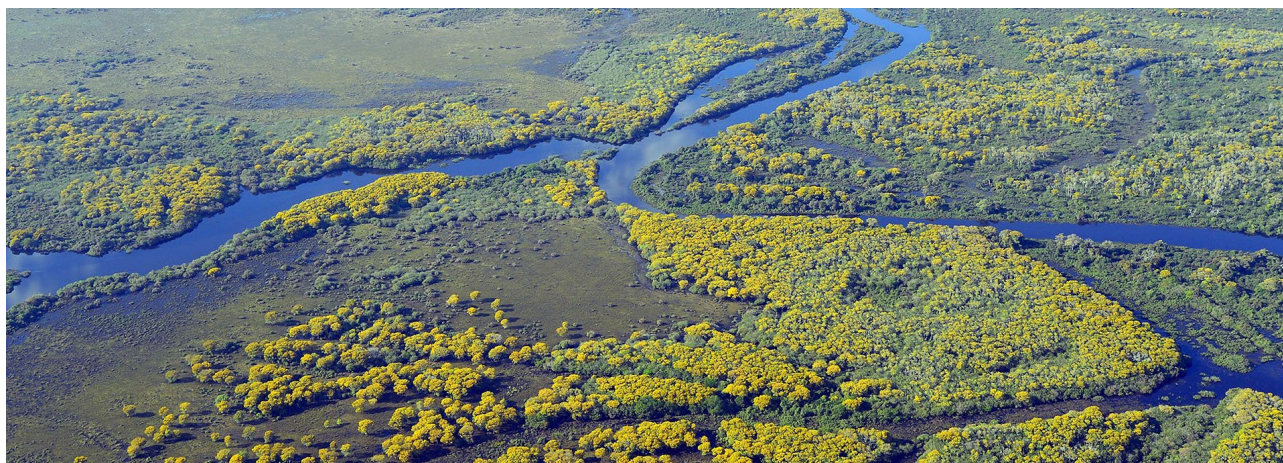
Contexto

O Brasil e a vasta região da América Latina e do Caribe (ALC) encaram obstáculos consideráveis na interseção entre Clima, Paz e Segurança (CPS). O Brasil enfrenta eventos climáticos extremos, como grandes inundações e secas, que levam ao deslocamento e à perda de meios de subsistência. O desmatamento e os incêndios contribuem ainda mais para a mudança climática global, além de ameaçar os meios de subsistência das comunidades tradicionais através da escalada violenta de disputas de terras.

O Brasil também enfrenta elevados índices de criminalidade e a atuação de diversas organizações criminosas. Nos últimos anos, esses grupos intensificaram suas ações em áreas ricas em biodiversidade, como a região amazônica, envolvendo-se em atividades como mineração e extração ilegal de madeira. Isso compromete os ecossistemas e agrava a vulnerabilidade de grupos já fragilizados.

Por décadas, o Brasil tem desempenhado um papel crucial nas discussões sobre mudanças climáticas em fóruns internacionais. Foi neste país sul-americano que, em 1992, durante a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, foram estabelecidas as três Convenções do Rio: a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD). Historicamente, o Brasil exerceu um papel significativo nas negociações das Conferência das Partes (COPs) e está prestes a sediar a COP30 da UNFCCC na cidade amazônica de Belém. Nesse cenário, visando criar soluções locais, uma versão regional da Conferência de Clima e Segurança de Berlim (BCSC) foi organizada no Rio de Janeiro em junho de 2025, paralelamente à XXII Conferência de Segurança Internacional do Forte. A BCSC-Rio fundamentou-se nos resultados da BCSC-Cali em 2024, congregando atores locais e internacionais nas áreas do clima e de segurança, com o objetivo de debater os desafios singulares de CPS que se manifestam no contexto brasileiro, assim como na abrangência maior da ALC. Além disso, foram discutidas possibilidades de cooperação e parcerias entre Brasil, América Latina e Caribe (ALC) e Europa, com o intuito de alavancar o existente panorama de instrumentos políticos e estabelecer uma agenda adequada à realidade local sobre as interconexões entre as mudanças ambientais e a segurança humana, tanto na trajetória rumo à COP30 quanto posteriormente.

A BCSC-Rio foi organizada pela adelphi global, pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, pelo Instituto Igarapé e pela Konrad Adenauer Stiftung. Desde a sua criação em 2019, a BCSC se firmou como o espaço global de diálogo entre governos, organizações internacionais, especialistas e profissionais da área. A edição principal em Berlim e suas conferências regionais contribuem para a preparação da agenda antes de fóruns internacionais, como as Conferências das Partes (COPs) sobre clima, degradação da terra e desertificação, e da biodiversidade. Esta Nota Prática fornece uma visão geral das discussões que ocorreram na BCSC-Rio, destacando seus principais pontos e caminhos a seguir. Também detalha os próximos passos necessários para avançar com essas iniciativas.





A cidade de Canoas durante as enchentes de 2024 no estado do Rio Grande do Sul, parte de uma área afetada com aproximadamente o tamanho do Reino Unido. © Ricardo Stuckert/CC BY-SA 2.0

Principais conclusões

Segurança climática no contexto brasileiro

A mudança climática atua como um multiplicador de ameaças, agravando vulnerabilidades e desigualdades previamente existentes. A maneira como isso se apresenta difere entre países e regiões. O Brasil lida com uma série de desafios complexos, nos quais a mudança climática, a deterioração ambiental e a segurança humana se entrelaçam. [Cinco pathways](#) – ou caminhos de risco – demonstram como essas dinâmicas estão profundamente interligadas: conflitos relacionados à terra, disputas por água, crimes ambientais, eventos climáticos extremos, e a implementação inadequada de políticas climáticas e ambientais. Essas dinâmicas não apenas ameaçam os ecossistemas do Brasil, mas também exacerbam vulnerabilidades, especialmente entre seus grupos mais marginalizados, como os povos indígenas, as comunidades quilombolas, e as populações ribeirinhas.

Os conflitos ligados à terra figuram entre os riscos mais significativos, uma vez que as comunidades tradicionais se veem diante de deslocamento, violência e perda de meios de subsistência em decorrência do desmatamento, da atividade mineradora e crescimento do agronegócio. Por exemplo, a grilagem de terras na Amazônia [aumentou mais de 300%](#) between 2018 and 2023, with nearly 20,000 rural properties occupying Indigenous lands and conservation areas as of 2024.

Mesmo com a abundância de recursos hídricos no território brasileiro, as **disputas por água** vêm se intensificando. O crescimento quase [cinco vezes maior nos conflitos](#) ligados ao acesso e uso da água entre 2005 e 2021 evidencia a intensificação da disputa por esse bem natural. Atividades agrícolas em grande escala e projetos hidrelétricos, como a usina de Belo Monte, têm contribuído para a escassez de água, a poluição e o deslocamento em várias áreas do país, comprometendo os meios de subsistência locais e aumentando a insegurança alimentar.

Os **crimes ambientais**, englobando o desmatamento ilícito, a extração mineral indiscriminada e o comércio de fauna silvestre, constituem outra ameaça crucial. Essas ações, muitas vezes fomentadas pelo crime organizado, contribuem para o desmatamento, a diminuição da biodiversidade e a agressão às comunidades tradicionais e aos defensores do meio ambiente. No ano de 2023, [25 defensores foram vítimas de homicídio](#) no Brasil. **Eventos climáticos extremos**, como enchentes, períodos de estiagem e incêndios florestais, constituem uma outra fonte de riscos. Em 2023, [mais de 745.000 pessoas foram deslocadas](#) devido a desastres causados pelo clima. No ano seguinte, o estado do Rio Grande do Sul enfrentou [inundações sem precedentes](#), afetando até 2,4 milhões de pessoas e deslocando quase 600.000 indivíduos.

Por fim, a **aplicação deficiente de políticas ambientais e climáticas** pode aumentar os riscos à segurança humana. Projetos de créditos de carbono, por exemplo, frequentemente atribuem alto valor econômico à terra para fins de reflorestamento ou conservação, o que incentiva a apropriação de terras por atores externos que buscam lucrar com essas iniciativas. As comunidades tradicionais são particularmente vulneráveis, pois em muitos casos não possuem títulos de terra formais, o que facilita a reivindicação ou a tomada forçada de suas terras. Apesar de seu papel crítico na conservação das florestas, [as populações que vivem nessas terras com frequência recebem benefícios financeiros mínimos ou inexistentes](#).

Embora o Brasil tenha um conjunto de políticas e atores políticos encarregados de abordar essas questões, a implementação ainda é um desafio crucial devido a problemas como financiamento insuficiente, falta de cooperação entre agências, influência do lobby corporativo e a polarização política da agenda climática.

A criminalidade acelera as mudanças climáticas

Embora os choques e estressores climáticos afetem a segurança no Brasil, é igualmente relevante analisar de que forma os problemas crônicos de segurança pública do país agravam os riscos climáticos. A extração mineral irregular, por exemplo, não apenas resulta em violações de direitos humanos, como trabalho forçado e violência de gênero, mas também contamina o solo e as fontes hídricas, comprometendo a saúde e os meios de sobrevivência das comunidades locais. Esses danos ambientais reduzem a capacidade dos ecossistemas de fornecer serviços essenciais, enfraquecendo assim a resiliência às mudanças climáticas. Além disso, a apropriação de terras desloca comunidades tradicionais, alimenta conflitos e acelera o desmatamento, contribuindo para as emissões de carbono e a perda de biodiversidade. Dessa forma, os desafios de segurança não são apenas uma consequência das mudanças climáticas, mas também um fator significativo para as emissões de gases de efeito estufa e os danos ambientais.

Engajamento com o Brasil em CPS: definindo temas e fóruns estratégicos

O Brasil, assim como os outros integrantes dos BRICS, historicamente demonstrou ceticismo em relação à agenda de Clima, Paz e Segurança. Isso é muitas vezes atribuído ao receio de securitizar a agenda climática. No caso brasileiro, o [medo de intervenção externa](#), especialmente em relação aos recursos naturais na região amazônica, é uma reserva de décadas que une ambos os lados do espectro político. Além disso, o foco de muitas discussões de CPS em guerras civis não ressoa necessariamente em um continente onde muitas ameaças à segurança decorrem da violência relacionada ao crime.

A resistência é especialmente notável no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), onde o Brasil não tem assento permanente nem poder de veto. A atual administração de Lula tem defendido publicamente a necessidade de uma [reforma do Conselho de Segurança da ONU](#). Apesar de os temores em relação à securitização ainda estarem presentes na diplomacia brasileira, o país reconhece as conexões entre as mudanças climáticas e a segurança humana. Um exemplo que reforça essa ideia é a diversidade de [estratégias](#) que o Brasil tem empregado para lidar com suas questões internas. Isso inclui iniciativas para fortalecer a resiliência climática, sistemas de alerta precoce e o aumento da segurança alimentar. Como resultado, o país saiu novamente do [Mapa da Fome da FAO em 2025](#).



Policiais do IBAMA durante a apreensão de mais de 7.000 toras extraídas ilegalmente da Terra Indígena Pirititi, em Roraima.
© Felipe Werneck/Ibama CC BY-SA 2.0

A questão, portanto, é encontrar os fóruns mais apropriados para avançar nas discussões e cooperar em questões de clima, paz e segurança. A segurança alimentar, por exemplo, é uma questão dentro do nexos CPS que o Brasil historicamente tem abordado de forma muito proativa em fóruns globais. Em 2024, no contexto do G20, o país propôs a [Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza](#), um tratado multilateral lançado durante a cúpula de líderes do G20 no Rio de Janeiro, atualmente com 101 países membros. Regionalmente, no contexto da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), o Brasil está cooperando com outros países amazônicos na redução das vulnerabilidades na região, aumentando a resiliência das comunidades tradicionais em toda a região e na troca de inteligência policial no combate aos crimes ambientais. Embora ainda não se saiba até que ponto diferentes tópicos da agenda do CPS estarão presentes na COP30, o Brasil tem sido particularmente vocal em questões como financiamento climático e proteção das comunidades indígenas.

Crime ambiental como uma questão de segurança climática global

O crime ambiental é cada vez mais visto como uma questão de segurança que compromete a estabilidade dos ecossistemas e das comunidades. Hoje, é a [terceira atividade criminosa mais rentável do planeta](#), só ficando atrás do tráfico de drogas e do contrabando. Está igualmente cada vez mais [conectado ao crime organizado global](#). As infrações ambientais colocam em risco a segurança local, nacional e global ao alimentar a corrupção, financiar o crime organizado, aumentar os conflitos por recursos e comprometer ecossistemas essenciais para a regulação do clima, como a Amazônia. O Brasil enfrenta essa questão de forma especialmente crítica, registrando uma média de [4.000 casos por mês](#) desde 2020. Enfrentar esse desafio exige ação tanto no âmbito nacional quanto por meio da cooperação internacional.

Nesse contexto, o Brasil tem buscado avançar a discussão sobre crimes ambientais em fóruns multilaterais, incluindo a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo/UNTOC). Como os crimes ambientais não estão explicitamente cobertos pela Convenção—principalmente devido à ausência de uma definição internacional acordada—o Brasil, juntamente com o Peru e a França, apresentou uma proposta para um protocolo específico sob a UNTOC para abordar diretamente essas ofensas.

Os três países identificaram a mineração ilegal, a flora (especialmente a madeira) e a fauna como áreas-chave para protocolos específicos, com o tráfico de resíduos adicionado para refletir as prioridades de outros países. A resolução foi adotada e um grupo de especialistas foi criado para identificar lacunas relevantes no quadro jurídico internacional, bem como possíveis respostas.

Próximos passos

As discussões e resultados da BCSC-Rio destacam a natureza urgente e multifacetada dos desafios climáticos, ambientais e de segurança humana no Brasil e na região. Embora nem sempre haja consenso sobre os fóruns ideais para abordar os desafios de Clima, Paz e Segurança (CPS), **há um amplo entendimento de que as questões de CPS são reais e urgentes**, e que a cooperação internacional para abordá-las é fundamental.

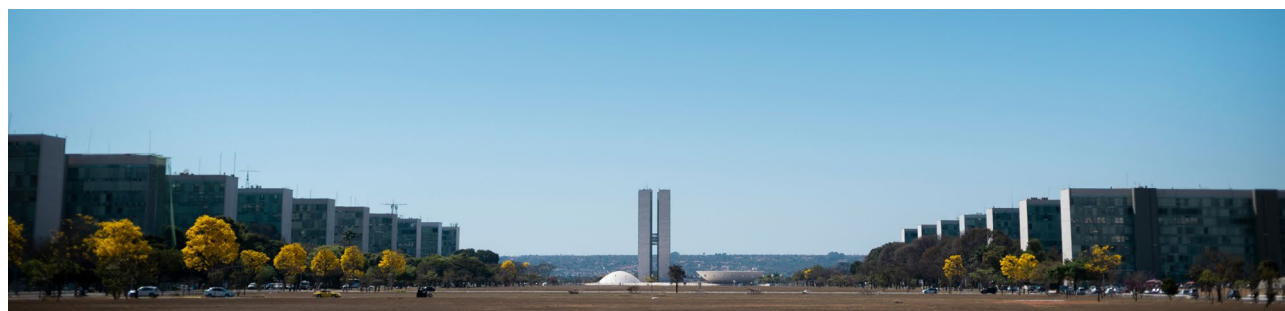
A questão do crime ambiental está se tornando de grande relevância, não apenas no Brasil, mas também em diversas nações da América Latina e em outras regiões. A função do crime ambiental, tanto na devastação de sumidouros de carbono globais essenciais quanto na erosão da segurança humana, pública e internacional, o torna um elemento crucial na complexa pauta da segurança climática.

Para garantir que esta questão crucial tenha mais destaque na agenda de segurança climática, **precisamos de mais vozes da América Latina e do Caribe (ALC) nas discussões globais**. Abordar esses desafios requer **reconhecer a natureza transnacional dos crimes ambientais** e a responsabilidade compartilhada dos países produtores, mercados compradores e empresas multinacionais cujo equipamento é utilizado nessas atividades criminosas.

O progresso dependerá do **fortalecimento da capacidade de instituições-chave**, da melhoria da coordenação entre agências e do investimento na aplicação da lei e monitoramento, particularmente no combate ao crime ambiental. Apoiar e capacitar comunidades vulneráveis também deve continuar sendo central. Isso pode ser alcançado, por exemplo, protegendo os direitos à terra, expandindo meios de subsistência sustentáveis e viabilizando o ativismo de base por meio da **proteção dos direitos dos defensores ambientais**.

Também é importante **promover um diálogo inclusivo**, envolvendo um amplo espectro de stakeholders. Existem múltiplos fóruns onde a colaboração com o Brasil pode ser avançada, incluindo o G20, a UNTOC e outras plataformas baseadas em consenso, como a Comissão de Consolidação da Paz. Os parceiros internacionais que busquem se engajar com o Brasil devem compreender o contexto e as sensibilidades específicas do país, procurando alinhar seu apoio às prioridades nacionais, como a segurança alimentar e a conservação sustentável das florestas.

Em última análise, para superar os desafios de segurança climática e humana do Brasil, será necessário **fomentar soluções resilientes, construídas com/pelas comunidades locais** e que superem a distância entre discussões internacionais e realidades locais. Com a aproximação da COP30 no Brasil, é fundamental que os problemas climáticos e de segurança humana sejam abordados nas discussões, além de priorizar ações inclusivas para proteger o planeta e as pessoas.



Congresso Nacional, Brasília © Thandy Yung/unsplash

